

**Sociedade Educacional
Uberabense - UNIUBE**

**Demonstrações contábeis
em 31/12/2023 e Relatório
dos Auditores independentes**

Março de 2024

**CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral da
SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE – SEU

Opinião

Examinamos as Demonstrações contábeis da Sociedade Educacional Uberabense – SEU (“Sociedade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Educacional Uberabense em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfase

Conforme apresentado no ativo e detalhado na Nota explicativa nº 8.a), a Sociedade possui saldo de Contas a receber do SUS que totaliza R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$13,9 milhões em 31 de dezembro de 2022). Deste montante, R\$8,6 milhões estão vencidos há mais de 180 dias e para os quais existe provisão para perdas de R\$3,7 milhões. Administração está promovendo ações visando o recebimento dos montantes em atraso.

Adicionalmente, verifica-se que as receitas da área da saúde, originárias substancialmente do MPHU, bem como de outras áreas de atendimento deste segmento de negócio, têm sido inferiores aos custos necessários para o funcionamento do hospital, que em 2023 incorreu receitas líquidas de R\$87,4 milhões e respectivos custos de R\$117 milhões (receitas líquidas de R\$67,2 milhões e respectivos custos de R\$103,9 milhões em 2022).

A Administração está envidando esforços para buscar a maximização dos resultados da área da saúde, em especial para as operações do MPHU. Ademais, o MPHU deve ser considerado no contexto dos cursos na área de saúde mantidos pela Universidade, em especial o de Medicina, não requerendo neste momento o reconhecimento de ajuste ao valor recuperável dos ativos. Nossa opinião não é modificada por estes assuntos.

Outros assuntos

- 1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as demais Demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, a Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na NBC TG 09, e são consistentes em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 2) As Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos Opinião sem ressalva em 29 de março de 2023 e conteve o mesmo parágrafo de Ênfase descrito no presente relatório.

Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis, que compreendem o Demonstrativo das informações de natureza social e a Demonstração do resultado para fins de atendimento ao MEC. Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange estas Outras informações e não expressamos qualquer forma de Opinião de auditoria sobre elas.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações e, ao fazê-lo, considerar se elas estão, de forma relevante, inconsistentes com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nestas Outras informações, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Sociedade.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houver.

Belo Horizonte, 28 de março de 2024.

Teixeira e Associados

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ 020



A member of
Nexia
International

Adriano Rezende Thomé

Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
Contador CRC MG-77.874-O/6

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE

CONTEÚDO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES (PÁG. 1- 4)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM _____	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO _____	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	5
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO _____	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS _____	7

ANEXOS (Outras informações)

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA SÓCIOAMBIENTAL _____	44
ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO MEC _____	46
ANEXO III – ANÁLISE DOS NÚMEROS _____	48
ANEXO IV – ÍNDICES DE LIQUIDEZ _____	50

QUADRO I
SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE
BALANÇO PATRIMONIAL EM

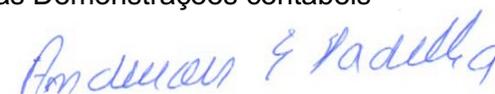
	Nota explicativa nº	R\$ (mil)			Nota explicativa nº	R\$ (mil)	
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	6	153.727	117.024	Fornecedores		9.551	6.739
Contas a receber área de ensino	7	26.462	21.888	Salários, provisões e encargos	14	31.516	27.937
Contas a receber área da saúde	8	24.290	17.439	Obrigações com parcerias e convênios	15	20.191	13.962
Estoques	9	6.719	14.728	Arrendamentos a pagar	11	1.765	1.704
Outros ativos circulantes	10	11.964	6.254	Outros passivos circulantes	16	14.262	10.563
		223.162	177.333			77.285	60.905
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências			
Contas a receber área de ensino	7	11.117	7.356	Arrendamentos a pagar	11	8.857	10.504
Contas a receber área da saúde	8	6.534	5.600	Outros passivos não circulantes	18	2.440	4.634
Depósitos judiciais		405	742			14.647	18.286
Outros ativos não circulantes	10	1.420	784				
		19.476	14.482	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Direito de uso arrendamento mercantil	11	7.447	9.224	Dotação inicial	17	17	17
Investimentos	12	23.938	6.584	Fundos patrimoniais		321.811	272.310
Imobilizado	13	361.983	371.944	Ajuste de avaliação patrimonial		223.908	229.812
Intangível		1.662	1.763			545.736	502.139
		414.506	403.997	TOTAL DO PASSIVO			
TOTAL DO ATIVO		637.668	581.330			637.668	581.330

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis



Sociedade Educacional Uberabense
Marcelo Palmério
Presidente

2



Anderson Soares Padilha
CRC-MG 77.117/O-1
Contador



QUADRO II

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

		R\$ (mil)	
	Nota explicativa nº	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receita líquida de serviços educacionais	19	358.245	296.932
Receita líquida de serviços hospitalares		87.392	67.155
Receita líquida de convênios		46.444	35.108
Receita líquida de outras atividades		8.328	18.658
		500.409	417.853
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Com serviços educacionais	20	(98.411)	(91.780)
Com serviços hospitalares	21	(117.028)	(103.889)
Com convênios	22	(47.120)	(35.291)
Com outras atividades		(2.122)	(2.141)
		(264.681)	(233.101)
SUPERÁVIT BRUTO		235.728	184.752
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com publicidade e divulgação		(19.445)	(12.439)
Despesas administrativas	23	(65.492)	(57.272)
Provisão para perdas de valores a receber da área de ensino	7	(9.048)	(6.331)
Provisão para perdas de valores a receber da área da saúde	8	(3.781)	(1.451)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		810	(667)
		(96.956)	(78.160)
SUPERÁVIT OPERACIONAL		138.772	106.592
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	982
Resultado da venda de investimentos	12 a)	5.042	73.004
		5.042	73.986
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS			
Gratuidades			
Receita com isenção de INSS Cota patronal / terceiros		35.725	31.979
Despesa com isenção de INSS Cota patronal / terceiros		(35.725)	(31.979)
		-	-
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		143.814	180.578
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	24	(114.709)	(86.621)
Receitas financeiras		15.256	11.929
		(99.453)	(74.692)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		44.361	105.886

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis.



Sociedade Educacional Uberabense
Marcelo Palmério
Presidente

3



Anderson Soares Padilha
CRC-MG 77.117/O-1
Contador



QUADRO III

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R\$ (mil)

	Dotação Inicial e Fundos Patrimoniais			Superávit (Déficit) Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
	Dotação Inicial	Fundo de Desenvolvimento Social	Fundo de Inversões Específicas			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	17	32.669	130.676	-	232.891	396.253
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	3.079	(3.079)	-
Superávit do exercício	-	-	-	105.886	-	105.886
Incorporação do superávit do exercício líquido e da Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial:						
. 20% para Fundo de Desenvolvimento Social	-	21.793	-	(21.793)	-	-
. 80% para Fundo de Inversões Específicas	-	-	87.172	(87.172)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	17	54.462	217.848	-	229.812	502.139
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.140	(5.140)	-
Baixa realização Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(764)	(764)
Superávit do exercício	-	-	-	44.361	-	44.361
Incorporação do superávit do exercício líquido e da Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial:						
. 20% para Fundo de Desenvolvimento Social	-	9.900	-	(9.900)	-	-
. 80% para Fundo de Inversões Específicas	-	-	39.601	(39.601)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	17	64.362	257.449	-	223.908	545.736

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis.



Sociedade Educacional Uberabense
Marcelo Palmério
Presidente

4



Anderson Soares Padilha
CRC-MG 77.117/O-1
Contador



QUADRO IV

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM

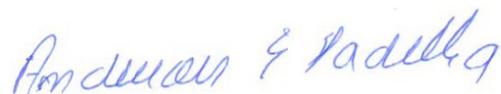
	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
1) ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	44.361	105.886
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
- Depreciação e amortização de arrendamento mercantil	11.931	10.992
- Amortização	230	230
- Baixas líquidas de bens do imobilizado e intangível	1.484	674
- Provisão para contingências líquidas de reversão	919	(669)
- Constituição de perdas de valores a receber área ensino	9.048	6.331
- Constituição de perdas de valores a receber área saúde, líquido	3.781	1.451
- Juros sobre empréstimos e arrendamentos	-	7.731
- Variação monetária sobre programa de financiamento estudantil	(76)	(83)
- Resultado positivo em investimento não recebido	-	(982)
- Variação de ativo biológico	687	(4.192)
Geração Operacional	72.365	127.369
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de alunos	(17.307)	(14.593)
Contas a receber área da saúde	(11.566)	869
Estoques	7.322	2.195
Outros ativos circulantes	(6.860)	454
Outros ativos não circulante	514	(51)
Depósitos judiciais	337	229
	(27.560)	(10.897)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	2.812	1.367
Salários, provisões e encargos	3.579	(196)
Obrigações com parcerias e convênios	6.229	3.486
Parcelamentos tributários	(1.586)	(894)
Outros passivos circulantes e não circulantes	788	1.261
	11.822	5.024
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	56.627	121.496
2) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(19.704)	(8.404)
Aquisições de bens do intangível	(129)	(139)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(91)	(513)
Investimento na Sutam	-	(6.584)
Venda de participação societária	-	33.077
Recebimento de dividendos	-	4.558
FLUXO DE CAIXA GERADO / (APLICADO) NAS ATIVIDADES ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(19.924)	21.995
3) ATIVIDADES FINANCEIRAS		
Pagamento de empréstimos, juros e parcelamentos tributários	-	(109.207)
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	-	(109.207)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36.703	34.284
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	117.024	82.740
- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	153.727	117.024
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36.703	34.284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis.



Sociedade Educacional Uberabense
Marcelo Palmério
Presidente

5



Anderson Soares Padilha
CRC-MG 77.117/O-1
Contador

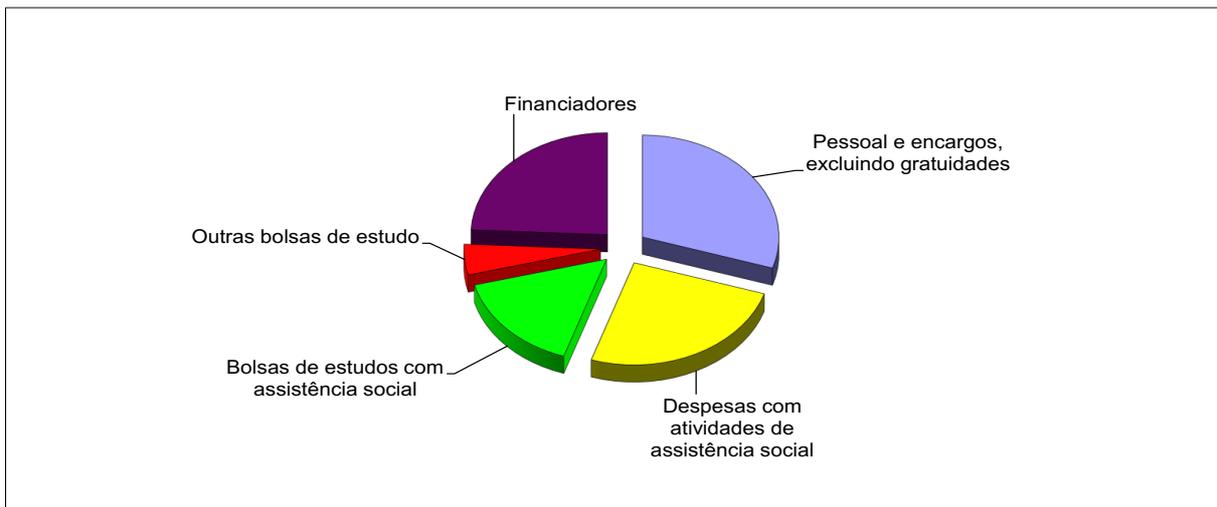


QUADRO V

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM (Informação suplementar)

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS		
Receita bruta de venda de serviços, deduzidos cancelamentos	445.747	354.951
Receitas extraordinárias (Outras receitas)	152.658	132.768
. Provisão para perdas de valores a receber área de ensino	(9.048)	(6.331)
. Provisão para perdas de valores a receber área da saúde	(3.781)	(1.451)
. Outras receitas operacionais líquidas	810	(667)
	586.386	479.270
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
. Serviços de terceiros e materiais consumidos	(82.203)	(66.901)
	504.183	412.369
VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO		
RETENÇÕES		
. Depreciação e amortização indiretas	(6.630)	(5.782)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
. Receitas financeiras	15.256	11.929
. Resultado positivo gerado pela venda de Investimentos	5.042	73.986
	20.298	85.915
	517.851	492.502
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:		
	%	%
. Pessoal e encargos, excluindo gratuidades	27%	25%
. Despesas com atividades de assistência social	23%	22%
. Bolsas de estudos concedidas c/ gratuidades	14%	10%
. Outras bolsas de estudo concedidas	4%	4%
. Financiadores	22%	18%
. Superávit nas operações	9%	21%
	100%	100%



As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis.



Sociedade Educacional Uberabense
Marcelo Palmério
Presidente



Anderson Soares Padilha
CRC-MG 77.117/O-1
Contador

SOCIEDADE EDUCACIONAL UBERABENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1) CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Objetivo social

A Sociedade Educacional Uberabense – SEU (“Sociedade” ou “Uniube”) é uma Associação civil educacional, de duração ilimitada, de natureza filantrópica beneficente de assistência social, e sem quaisquer fins lucrativos, constituída com sede na Cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Tem como fim prestar assistência à infância e à juventude e manter estabelecimentos de ensino em suas várias modalidades e graus, e outras atividades relacionadas ao ensino, tais como: hospitais, clínicas e todo e qualquer estabelecimento de ensino que vier a criar ou cuja manutenção vier a assumir e que o resultado alcançado se reverta para o cumprimento do seu objeto social. A Sociedade possui imunidade tributária conforme Constituição Federal art. 150, inciso VI, alínea C; art. 195, inciso IV, parágrafo 7º; Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) art. 14 e CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme estabelecido na Lei Complementar 187/2021 regulamentada pela Lei 12.868/13 e Portaria do Ministério da Saúde nº 1970/2011; Lei 12.249/2010; Decreto nº 7.237/2010; Decreto nº 7.300/2010; Portaria MS nº 3.355/2010; Portaria nº 834 de 26 de abril de 2016 e Decreto nº 8.242/2014.

Em cumprimento ao art. 14, da Lei 5.172/66, a Sociedade:

- I – não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II - deverá aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- III - deverá manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

1.2) Operações

a) Ensino

A Sociedade atualmente presta serviços no âmbito de ensino superior, com cursos graduação e pós-graduação (aperfeiçoamento, especialização, MBA, mestrado e doutorado), nas modalidades presencial e Ensino a Distância – EAD, com unidades presenciais em Uberaba e Uberlândia e polos do EAD em diversos estados do Brasil.

b) Saúde

Em 17 de março de 2014 foi inaugurado o Mario Palmério Hospital Universitário - MPHU, localizado na Avenida Nenê Sabino, 2.477, Uberaba - MG, em substituição das operações anteriormente realizadas pela Sociedade no Hospital Universitário localizado na Rua Santo Antônio, de menor porte. Até a sua conclusão, o novo hospital demandou investimentos de

aproximadamente R\$70,7 milhões por parte da Sociedade em edificações e equipamentos para a sua construção, com a abertura de 225 leitos, 60% deles destinados aos SUS e os demais para convênios e particulares. Dos leitos existentes, 20 são de UTI Adulto e 19 de UTI Infantil (neonatal e pediátrica).

Além do MPHU, a Sociedade conta com clínicas integradas, como Odontologia, Fisioterapia e outras, na realização do seu atendimento à sociedade.

1.3) Assistência Social – CEBAS

A Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021 e regulamentações dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, ao que tange aos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social. Nos termos da citada Lei, esta certificação e a isenção tributária serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. A certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade, o cumprimento do disposto nas Seções I, II, III e IV da citada Lei, de acordo com as respectivas áreas de atuação, que no caso da Sociedade é voltado para as áreas da educação e saúde:

Por atuar na área de educação, a Sociedade passou a requerer o CEBAS ao MEC. Neste caso, para fins de obtenção ou renovação do certificado, a SEU deverá conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

Adicionalmente, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação no âmbito da saúde, a Entidade também deverá comprovar a prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, que é apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia (SUS e não SUS), e no total de atendimentos ambulatoriais, medidos por número de atendimentos/procedimentos (SUS e não SUS), conforme determinado pela Portaria 834 de 26 de abril de 2016.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Informações gerais

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo os Pronunciamentos (CPCs), as interpretações (ICPCs) e as orientações (OCPCs) contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, observado, também, a Norma contábil para Entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1).

Além das políticas contábeis adotadas pela Sociedade descritas a seguir, estão sendo apresentadas Notas explicativas com base nos princípios introduzidos pelo CTG 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A Sociedade não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes, conforme seria requerido pela NBC TG 26 (R5) -

Apresentação das Demonstrações contábeis. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

b) Base para mensuração

As Demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é moeda brasileira, o Real. As Demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

d) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios, ou seja, receitas são reconhecidas quando o seu valor possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela entidade e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados. Os custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente de serem pagos. As receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes.

f) Trabalho voluntário

O item 19 da ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidades de Lucros requer que o trabalho voluntário seja reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, ou seja, como se fosse contratado e pago. A Sociedade na execução das suas atividades não recebe serviços voluntários de terceiros relevantes. Nesse sentido, o não há a apresentação de Trabalho Voluntário na Demonstração do Resultado como uma receita e uma despesa.

g) Subvenções governamentais

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma Entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Entidade. Já a Assistência governamental é a ação de um governo destinada a fornecer benefício econômico específico a uma entidade ou a um grupo de entidades que atendam a critérios estabelecidos.

As receitas com subvenções e assistência governamentais são reconhecidas nas contas de resultado quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Sociedade todas as condições para que fizesse jus à referida Subvenção, conforme requerido pela NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado de acordo com a natureza da subvenção.

A principal subvenção que beneficia a Sociedade está relacionada ao não recolhimento de contribuição previdenciária em contrapartida à concessão de bolsas de estudo e atendimento hospitalar a pacientes provenientes do SUS.

h) Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como informação suplementar das suas demonstrações contábeis de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A DVA é apresentada se exigido legalmente por algum órgão regulador, ou voluntariamente, como é o presente caso.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

i) Continuidade operacional

A Administração revisou a premissa da utilização da continuidade operacional e concluiu que suas Demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional.

j) Alterações nas normas de contabilidade que afetam a Entidade

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023:

- Revisão NBC TG 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, com alterações decorrentes da revogação da NBC TG 08. Entre as mudanças nesta normativa, consta a que diz respeito sobre a combinação de negócios e foi revisada para incluir explicitamente os custos diretamente relacionados à aquisição. A NBC TG 27 (R4), que trata de ativo imobilizado e esclarece que o custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. A revisão traz modificações na NBC TG 20 (R2) que versa sobre os custos de empréstimos e inclui encargos financeiros calculados com base no método da taxa efetiva de juros, entre outros. Tais modificações não representam impacto nas Demonstrações contábeis da UNIUBE.
- Revisão NBC 19 – Negócios em Conjunto, modificando também a NBC TG 26 (R5), que trata da apresentação das demonstrações contábeis e introduz alterações nos critérios de classificação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, especialmente relacionados ao ciclo operacional normal, passivos financeiros, e direitos de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses. Estas mudanças estão em vigor desde o dia 29 de dezembro de 2023 e não tem impactos na Sociedade.

k) Arrendamento mercantil – direitos de uso

De acordo com a NBC TG 06 (R3), a Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data em que inicia um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente

dos contratos. Os arrendamentos reconhecidos pela Entidade são aqueles originários de aluguel de imóveis.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A NBC TG 06 (R3) inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, quais sejam: i) arrendamentos de ativos de “baixo valor”, que para Sociedade foram considerados os contratos com valor mensal inferior a R\$10 mil; e ii) arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Para esses casos, os pagamentos permanecem sendo reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Ao adotar a norma, os arrendatários devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de mensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Consequentemente, a Sociedade, como arrendatária, reconheceu os ativos de direito de uso, que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes; e os passivos de arrendamento, que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

l) Propriedades para investimento:

Este ativo está contabilizado parte pelo custo atribuído (terrenos e benfeitorias Fazenda Escola) e parte pelo custo efetivo no momento da aquisição (ativo relacionado a Sutan), que representa o custo no momento da aquisição.

m) Imobilizado

Está demonstrado em parte pelo custo atribuído (terrenos, edificações e benfeitorias) e outra parte ao custo histórico de construção ou de aquisição, deduzido da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas abaixo, baseadas na estimativa de vida útil econômica dos bens.

n) Aprovação das Demonstrações contábeis

A emissão destas Demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da Sociedade em 28 de março de 2024.

3) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Sociedade revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e

em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e com a probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos então contempladas a seguir:

a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

A NBC TG 48 – Instrumentos financeiros alterou o critério de análise para constituição de tal provisão sobre ativos, deixando de ser o modelo de perda incorrida para a adoção do modelo de perda esperada. A Sociedade realiza o provisionamento de perda com mensalidades baseado em um percentual do faturamento, ou seja, a provisão é reconhecida no momento da geração do crédito a receber independente de seu vencimento, já que possui histórico de perda esperada para esse recebível. A provisão dos recebíveis da área de saúde é apurada sobre valores em atraso para os quais a Sociedade espera incorrer em perdas.

b) Valorização do estoque de bovinos

O valor justo é determinado com base no preço de mercado e levados em conta a idade, raça e qualidades genéticas similares de outros animais. O valor justo destes estoques está em linha com o valor de realização de animais vendidos pela Sociedade a terceiros em período recente.

c) Determinação da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado e depreciação

Para fins de cálculo da depreciação do ativo imobilizado, a vida útil econômica das Edificação próprias e benfeitorias em imóvel de terceiros é determinada através de laudo de especialista contendo análise da situação atual de cada imóvel a projeção de seu tempo em uso. Para os demais itens do imobilizado a Sociedade utiliza as mesmas taxas determinadas pela legislação fiscal, sendo que a Administração entende não haver maiores distorções entre este critério para a vida útil econômica real dos itens.

d) Redução do valor recuperável de ativos

Ativo financeiro: São avaliados quanto à sua recuperabilidade ao final de cada exercício. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, ou nos valores atuais, e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os ativos financeiros para os quais são feitas estas análises incluem principalmente aplicações financeiras, Contas a receber da área de ensino e o Contas a receber da área de saúde.

Ativo não financeiro: Os saldos de investimentos, imobilizado e intangível são revistos periodicamente, utilizando o método de preço líquido de venda para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial são apurados primeiramente através dos seus valores nos mercados ativos. Quando isto não for possível, o seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, quando aplicável.

f) Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda para causas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias existentes inclui as evidências e as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

A necessidade de constituir ou não provisões é revisada anualmente pela Administração para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A avaliação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em opiniões divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de avaliação.

g) Parceiros EAD a pagar

Para cada mensalidade do Ensino a Distância atrelada a um polo presencial de parceiro da Sociedade é gerado um custo reconhecido no resultado em contrapartida a uma obrigação. Todavia, esta exigibilidade é ajustada para fins de refletir a expectativa de não recebimento dos direitos creditórios ligado ao Ensino à Distância. A obrigação é quitada com o parceiro à medida do recebimento do valor de mensalidade do aluno.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal das suas operações, a Sociedade está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

É o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento deste risco é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade possua os recursos necessários para liquidar seus passivos nas datas de vencimento.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que realiza o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo suas linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

b) Risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local.

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. Portanto, a Sociedade

pauta suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados as regras do Governo Federal (Lei no 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Adicionalmente, os riscos de crédito das operações da Sociedade também englobam os recebíveis junto a convênios médicos e também à Prefeitura Municipal de Uberaba como agente de repasse dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS.

c) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Sociedade esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

d) Risco de juros

A Sociedade possuía empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros. A Sociedade não mantinha contratos firmados de proteção contra este tipo de risco, contudo, monitorava continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco regulatório

A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional e de saúde pela Entidade serve de instrumento para a tomada de decisão por parte da Administração, visando melhorar o desempenho da instituição pela identificação de oportunidades de ganhos e redução do impacto de perdas.

A Entidade possui análise periódica de riscos regulatórios, visando mitigar ou minimizar os seus impactos, principalmente no tocante à comprovação da Assistência Social em Educação e do cumprimento dos requisitos para filantropia para a área da saúde.

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros determina que os ativos financeiros sejam classificados em uma das seguintes categorias: i) ao custo amortizado, ou ii) ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ainda iii) ao valor justo por meio do resultado. A Sociedade, por sua vez, possui ativos financeiros classificados somente nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado e (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios adotado pela Sociedade na gestão dos seus ativos financeiros. Os ativos financeiros, independente da sua classificação, são reconhecidos na data de negociação, ou seja, na data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando o recebível for realizado ou tenham sido transferidos

b) Passivos financeiros

A NBC TG 48 determina que os passivos financeiros sejam classificados em uma das seguintes categorias: custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Sociedade possui passivos financeiros classificados exclusivamente na categoria de Custo amortizado, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor histórico acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis e posteriormente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva.

A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

6) CAIXA, BANCOS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (denominadas equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Em 31 de dezembro, o saldo está assim demonstrado:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixas fundo fixo	59	104
Bancos conta movimento	3.849	976
Equivalentes de caixa	149.819	115.944
	153.727	117.024
Segregado em:		
Recursos sem restrição	128.298	99.979
Recursos com restrição (convênios)	25.429	17.045
	153.727	117.024

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos valores mantidos em Fundos de Investimentos de Renda Fixa administrados por instituições de primeira linha, com rentabilidade média entre 100,5% e 104,5% do CDI.

Os recursos sem restrição são aqueles com os quais a Uniube poderá contar a qualquer momento para suportar desembolsos de natureza operacional. Já os recursos com restrição somente poderão ser utilizados para suportar desembolsos específicos, como por exemplo na execução de projetos firmados em parceria com terceiros.

A diferença entre o saldo do ativo com restrição e o saldo do passivo de convênios decorre de saldos de provisões feitas pela contabilidade observando o regime de competência que não necessariamente estão atreladas aos recursos financeiros. Também existem situações, principalmente no convênio para administração do Hospital Regional as quais ocorrem movimentações de utilização de materiais e serviços que transitam entre passivo e resultado que não necessariamente acompanham o cronograma de desembolsos financeiros.

7) CONTAS A RECEBER ÁREA DE ENSINO

Decorre da prestação de serviços da atividade de ensino faturados e não recebidos. Os valores recebidos de serviços ainda não prestados até a data do balanço são contabilizados no passivo como mensalidades recebidas antecipadamente e posteriormente reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

O Contas a receber de clientes é, inicialmente, reconhecido pelo valor faturado menos a Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (“impairment”), que foi calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Os saldos ao final de cada exercício representam os valores remanescentes dos recebíveis relativos aos três últimos exercícios e são demonstrados como segue:

		31/12/2023			31/12/2022		
		Contas a receber	(-) PECLD	Líquido	Contas a receber	(-) PECLD	Líquido
Anuidades a receber	a)	35.853	(16.436)	19.417	26.283	(11.621)	14.662
Acordos a receber	b)	8.890	(2.539)	6.351	8.735	(2.282)	6.453
Títulos a receber FIES	c)	511	-	511	581	-	581
Programa de financiamento estudantil	d)	11.786	(486)	11.300	7.866	(318)	7.548
Cheques a receber		-	-	-	63	(63)	-
		57.040	(19.461)	37.579	43.528	(14.284)	29.244
Segregado em:		31/12/2023			31/12/2022		
Circulante		26.462			21.888		
Não Circulante		11.117			7.356		
		37.579			29.244		

a) Anuidades a receber

Referem-se às mensalidades faturadas aos alunos e não recebidas até a data do balanço, de acordo com a seguinte natureza e serviços prestados:

		31/12/2023			31/12/2022		
		Contas a receber	(-) PECLD	Líquido	Contas a receber	(-) PECLD	Líquido
Graduação		10.336	(5.112)	5.224	10.310	(4.126)	6.184
Ensino à Distância		22.477	(10.464)	12.013	13.649	(6.849)	6.800
Pós Graduação		3.040	(860)	2.180	2.324	(646)	1.678
		35.853	(16.436)	19.417	26.283	(11.621)	14.662

A composição do saldo de Anuidade a receber e da sua respectiva PECLD por data de vencimento é como segue:

		31/12/2023				31/12/2022			
		Contas a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso	Contas a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso
Até 1 ano		23.692	(7.597)	16.095	32%	18.977	(5.298)	13.679	28%
Entre 1 ano e 2 anos		8.417	(5.298)	3.119	63%	4.549	(3.566)	983	78%
Entre 2 anos e 3 anos		3.744	(3.541)	203	95%	2.757	(2.757)	-	100%
		35.853	(16.436)	19.417	46%	26.283	(11.621)	14.662	44%

b) Acordos a receber

O saldo refere-se a parcelamentos de valores vencidos e negociados pela Sociedade com os alunos. Durante a pandemia, os débitos foram divididos, geralmente, entre 8 e 10 parcelas. O saldo devedor parcelado é apurado pelo débito original do aluno, acrescido de multa de 2%, juros de 1% a.m. e correção monetária pelo INPC.

A composição do saldo e da sua respectiva PECLD por data de vencimento é como segue:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Acordos a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso	Acordos a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso
A Vencer Vencidos	2.493	(50)	2.443	2%	3.077	-	3.077	0%
Até 1 ano	3.918	(980)	2.938	25%	3.205	(801)	2.404	25%
Entre 1 ano e 2 anos	1.398	(699)	699	50%	1.432	(716)	716	50%
Entre 2 anos e 3 anos	1.081	(810)	271	75%	1.021	(765)	256	75%
	8.890	(2.539)	6.351	29%	8.735	(2.282)	6.453	26%

c) Títulos a receber FIES

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES foi instituído pelo Governo Federal em 1999 e é destinado à concessão de financiamento estudantil aos alunos regularmente matriculados em cursos superiores que tenham obtido avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A administração do FIES é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE que, na qualidade de agente operador e administrador dos ativos e passivos, implementou importantes mudanças que facilitaram a contratação do financiamento por parte dos estudantes.

A União emite títulos da dívida pública em favor do FIES, que utiliza esses títulos para pagamento em dinheiro dos encargos educacionais relativos às operações de financiamento realizadas. Os certificados da dívida pública recebidos pelas Instituições são utilizados para pagamento das contribuições sociais previstas nas alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como das contribuições previstas no art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007. Não havendo débitos de caráter previdenciário, os certificados poderão ser utilizados para o pagamento de quaisquer tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

A Instituição de Ensino Superior, por meio de sua Mantenedora, poderá receber os recursos também em espécie pelo resgate de seus títulos desde que atenda aos critérios estabelecidos no art. 12 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, bem como Portaria MEC nº 1.358 de 09 de maio de 2002.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber do FIES é de R\$511 mil (R\$581 mil em 31 de dezembro de 2022), e havia na Instituição 39 alunos com esta modalidade de financiamento (73 alunos em 31 de dezembro de 2022), justificando também a redução do saldo a receber de FIES.

d) Programas de Financiamento Estudantil

Conhecido institucionalmente como “Programa de Bolsas” e “Uniflex”, decorre do financiamento de estudos criados pela própria Sociedade e sem qualquer vínculo com programas de financiamento governamentais, concedidos a alunos que preenchem o perfil pré-definido pela Sociedade para receber este benefício. A cobrança e o recebimento dos valores ocorrerão após o aluno concluir o curso para o qual foi financiado. O saldo a receber do financiamento é corrigido anualmente pela variação da UVA (moeda interna da Uniube que é corrigida pela variação do INPC) ou pelo valor vigente da parcela da conclusão do curso (Uniflex).

A composição do saldo a receber de Programa de Financiamento Estudantil e da sua respectiva PECLD por data de vencimento é como segue:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Programa de Bolsa a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso	Programa de Bolsa a receber	(-) PECLD	Líquido	% de PECLD constituída por faixa de atraso
A Vencer	11.695	(468)	11.227	4%	7.854	(314)	7.540	4%
Vencidos								
Até 1 ano	91	(18)	73	20%	5	(1)	4	20%
Entre 1 ano e 2 anos	-	-	-	0%	-	-	-	0%
Entre 2 anos e 3 anos	-	-	-	0%	7	(3)	4	43%
	11.786	(486)	11.300	4%	7.866	(318)	7.548	4%

e) Provisão para perdas – Área de ensino

A provisão alcança os recebíveis de anuidades dos cursos de graduação, presenciais e à distância, pós-graduação, além de outros valores a receber.

A Uniube vem implementando medidas de cobranças mais efetivas incluindo políticas de reintegração de ex-alunos para recuperação dos créditos em aberto e aumento da sua base de alunos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos anos de 2023 e 2022, dos saldos de cheques, anuidades, acordos e financiamento estudantil pode ser assim apresentada:

	R\$ (mil)				
	Cheques	Anuidades	Acordos	Financiamento Estudantil	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	63	9.623	2.661	127	12.474
Baixas	-	(2.987)	(1.530)	(4)	(4.521)
Adições	-	4.985	1.151	195	6.331
Saldo em 31/12/2022	63	11.621	2.282	318	14.284
Baixas	(63)	(2.750)	(1.051)	(7)	(3.871)
Adições	-	7.565	1.308	175	9.048
Saldo em 31/12/2023	-	16.436	2.539	486	19.461

O aumento da provisão em 2023 reflete o expressivo aumento de alunos, principalmente do EAD.

8) CONTAS A RECEBER ÁREA DA SAÚDE

Representa o valor dos serviços prestados pela Sociedade e faturados ao SUS, às operadoras de saúde ou a pessoas físicas como consequência da realização de atendimento médico-hospitalar não recebidos até a data do balanço. O saldo é apresentado pelo valor da fatura emitida, incluindo variações monetárias auferidas, deduzido das provisões para créditos de liquidação duvidosa apuradas pela Administração.

O saldo em 31 de dezembro de cada ano é assim apresentado:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber SUS		
Valor histórico	25.979	16.590
(-) PECLD	(3.737)	(2.727)
	22.242	13.863
Valores a receber de convênios médicos		
Valor histórico	13.005	10.848
(-) PECLD	(4.533)	(2.735)
	8.472	8.113
Valores a receber de atendimento particular		
Valor histórico	1.650	1.630
(-) PECLD	(1.540)	(567)
	110	1.063
Segregado em:		
Circulante	24.290	17.439
Não circulante	6.534	5.600
	30.824	23.039

A composição do saldo a receber a sua respectiva PECLD por data de vencimento é como segue:

a) Valores a receber do SUS

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	5.995	5.269
Vencidos até 30 dias	7.985	1.613
Vencidos de 31 a 90 dias	2.050	638
Vencidos de 91 a 180 dias	1.387	433
Vencidos de 181 a 360 dias	374	1.216
Vencidos de 361 a 720 dias	1.654	1.928
Vencidos há mais de 721 dias	6.533	5.493
(-) PECLD	(3.737)	(2.727)
	22.242	13.863

A Sociedade possui ações administrativas e judiciais visando o recebimento dos valores já faturados e não pagos por parte da Prefeitura e entende que todos os atendimentos e procedimentos cobrados foram realizados em conformidade com o contrato firmado entre as partes.

A PECLD de 31 de dezembro de 2023, de R\$3.737 mil, reflete, substancialmente, a inadimplência incorrida até o ano de 2022, cujos valores estejam vinculados diretamente ao contrato entre a Sociedade e a Prefeitura Municipal de Uberaba. Há valores vencidos há mais de dois

anos para os quais a Sociedade entende não haver necessidade de constituir uma provisão em virtude de estarem vinculados diretamente a resoluções e portarias emitidas pelo Estado ou União.

b) Valores a receber de convênios médicos

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	5.206	2.858
Vencidos até 30 dias	245	1.674
Vencidos de 31 a 90 dias	561	468
Vencidos de 91 a 180 dias	470	676
Vencidos de 181 a 360 dias	1.315	1.348
Vencidos de 361 a 720 dias	1.398	2.377
Vencidos a mais de 721 dias	3.810	1.447
(-) PECLD	(4.533)	(2.735)
	8.472	8.113

A PECLD de R\$4.533 mil em 31 de dezembro de 2023 refere-se aos valores vencidos há mais de 721 dias e parte dos vencidos entre 1 e 2 anos.

c) Valores a receber de atendimento particular

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos até 30 dias	50	9
Vencidos de 31 a 90 dias	28	7
Vencidos de 91 a 180 dias	19	4
Vencidos de 181 a 360 dias	14	34
Vencidos de 361 a 720 dias	24	904
Vencidos há mais de 721 dias	1.516	672
(-) PECLD	(1.540)	(567)
	110	1.063

d) Movimentação da PECLD – área da saúde

A movimentação da PECLD da área da saúde em 2023 e 2022 foi como segue:

	R\$ (mil)			
	Particular	Convênios Médicos	SUS	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	567	2.487	1.524	4.578
Adições	-	248	1.203	1.451
Saldo em 31/12/2022	567	2.735	2.727	6.029
Adições	973	1.798	1.010	3.781
Saldo em 31/12/2023	1.540	4.533	3.737	9.810

9) ESTOQUES

Os saldos dos estoques são demonstrados como segue:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado de materiais de consumo	(a)	
Estoque do hospital Mário Palmério	2.237	2.484
Estoque do hospital Regional (Nota explicativa 16a)	1.919	1.572
Estoque das UPAs	549	-
Estoque da área Educação	1.269	1.666
	5.974	5.722
Estoques Fazenda Escola	(b)	
Bovinos	115	8.261
Sêmen	630	745
	745	9.006
	6.719	14.728

- a) Almoxarifado de materiais de consumo - Está demonstrado ao custo médio das compras, cujos valores são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.
- b) Estoques Fazenda Escola – A Sociedade desenvolveu na Fazenda Escola um programa de melhoramento genético de gado envolvendo principalmente as raças Guzerá, Gir e Sindi, utilizando vacas receptoras necessárias para gerar, através de inseminação artificial, bezerras e bezerros de alta qualidade. A Sociedade aplicou a NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola em que os estoques são mensurados a valor justo menos despesas de venda. O projeto já está maturado e a Administração optou por descontinuar-lo a partir de 2023, quando promoveu a venda de boa parte deste ativo, justificando assim a redução do saldo.

10) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidas de estimativas de perdas que poderão ocorrer por ocasião do não recebimento até a data dos balanços.

Os saldos são demonstrados como segue:

		R\$ (mil)	
		31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber Fazenda Escola			
A Receber Fazenda Escola	(a)	5.124	1.146
Outros recebíveis			
Cartões de crédito a receber		2.230	1.846
Adiantamentos		2.929	2.067
Piso da Enfermagem	(b)	1.405	-
Contas a receber - Hospital Veterinário		496	514
Programa de capacitação docente		34	34
Cotas a receber - Cooperativas de Crédito		3	517
Serviços Clínicas Odontológicas		6	154
Outros valores a receber		1.157	760
		8.260	5.892
		13.384	7.038
Segregado em:			
Circulante		11.964	6.254
Não Circulante		1.420	784
		13.384	7.038

- a) A receber Fazenda Escola: O Contas a receber da Fazenda Escola decorre principalmente da venda de animais (gado) através do shopping e leilões. O incremento do saldo em 2023 se deu em virtude das vendas dos animais do estoque conforme explicado na nota 9. A composição deste saldo a receber por data de vencimento é como segue:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	4.200	993
Vencidos		
até 180 dias	734	93
De 181 a 360 dias	200	70
Acima de 360 dias	1.074	956
(-) PECLD	(1.084)	(966)
	5.124	1.146

- b) Piso Enfermagem: Refere-se a valores pagos pela Sociedade aos Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros, a título de adiantamentos, que serão reembolsados pelo Governo federal, de acordo com a Lei 14.434/2022.

11) ARRENDAMENTO MERCANTIL (ATIVO E PASSIVO)

A Sociedade é arrendatária em alguns contratos de aluguéis com prazo indeterminado. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, o entendimento da Sociedade é que os valores envolvidos nesses contratos devem ser contabilizados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento, devido à impossibilidade de se determinar o prazo não cancelável do arrendamento. Por outro lado, os contratos com prazo de locação definido são reconhecidos no ativo e passivo de acordo com o conceito da norma contábil e inclui:

- Hospital Veterinário da Uniube
- Campus Via Centro - Uberlândia

O saldo do ativo é assim demonstrado abaixo:

	R\$ (mil)		
	Via Centro	Outros arrendamentos	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	7.317	3.195	10.512
(+) Adições/Baixas de contratos, líquido	564	(51)	513
(-) Depreciação acumulada	(1.017)	(784)	(1.801)
Saldo em 31/12/2022	6.864	2.360	9.224
(+) Adições/Baixas de contratos, líquido	70	21	91
(-) Depreciação acumulada	(1.017)	(851)	(1.868)
Saldo em 31/12/2023	5.917	1.530	7.447

O saldo do passivo relacionado aos arrendamentos é assim composto em 31 de dezembro de 2023:

	R\$ (mil)		
	Via Centro	Outros arrendamentos	TOTAL
Taxa de juros	4,09% a.a + CDI	0,226% a.m + CDI	
Saldo em 31/12/2018	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	9.791	3.311	13.102
(+) Adições/Acertos de contratos	564	(51)	513
(+) Juros	926	209	1.135
(-) Pagamentos	(1.566)	(976)	(2.542)
Saldo em 31/12/2022	9.715	2.493	12.208
(+) Adições/Acertos de contratos	70	21	91
(+) Juros	774	180	954
(-) Pagamentos	(1.712)	(919)	(2.631)
Saldo em 31/12/2023	8.847	1.775	10.622

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Segregado em:		
Circulante	1.765	1.704
Não Circulante	8.857	10.504
	10.622	12.208

A idade do saldo do passivo circulante e não circulante dos contratos de arrendamento por ano de vencimento é assim apresentada:

R\$ (mil)			
Ano	Via Centro	Outros arrendamentos	TOTAL
2024	1.786	768	2.554
2025	1.849	795	2.644
2026	1.914	405	2.319
2027	1.981	-	1.981
2028	2.050	-	2.050
2029	1.577	-	1.577
Total de pagamentos	11.157	1.968	13.125
(-) Total de juros	(2.310)	(193)	(2.503)
Saldo em 31/12/2023	8.847	1.775	10.622

12) INVESTIMENTOS

Os investimentos da Sociedade podem ser assim detalhados

a) Investimento e coligadas e controladas

A Sociedade vendeu em 2022 para a HSI Malls Fundo de Investimento Imobiliário a totalidade de sua participação na Jaguará Empreendimentos Imobiliários Ltda (Jaguará), correspondente a 33,33%, e na JPL Estacionamentos Ltda (JPL). A Jaguará era proprietária do “Shopping Center Uberaba” onde a Uniube detinha a sua participação e a JPL era a empresa responsável pela administração do estacionamento do shopping. Em decorrência desta venda a SEU recebeu em 2023 o montante de R\$5.042 a título de parcela variável que estava condicionada a geração de caixa mínima no investimento após a venda.

b) Propriedade para investimento

R\$ (mil)			
	Sutan (i)	Fazenda Escola (ii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Aquisição de participação	6.584	-	6.584
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.584	-	6.584
Transferência do custo do imobilizado para propriedade para investimentos	-	19.667	19.667
Transferência da depreciação acumulada do imobilizado para propriedade para investimentos	-	(2.313)	(2.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.584	17.354	23.938

(i) Sutan

A Sociedade adquiriu em 17 de junho de 2022 participação de 40% na empresa Sutan Administração, Compra, Venda e Locação de Imóveis Próprios Ltda., a qual foi constituída com a

finalidade de administrar terrenos existentes no entorno do estacionamento localizado no Shopping Uberaba.

Abaixo a composição dos ativos adquiridos e o montante que foi pago pela SEU para aquisição desta participação em 31 de dezembro de 2022:

	R\$ (mil)		
	Terreno	Benfeitorias	Total
Terreno na Avenida Apolônio Sales nº 665	117	-	117
Terreno na Avenida Apolônio Sales nº 679	123	-	123
Terreno na Avenida Apolônio Sales nº 695	123	-	123
Terreno na Rua Leonor Borges nº 271	187	-	187
Terreno e benfeitorias na Rua Varginha nº300	5.631	10.280	15.911
Total do custo dos Terrenos da Sutan	6.181	10.280	16.461
Participação da SEU (40%)			6.584

A participação da Uniube na Sutan é classificada como propriedade para investimento visto que é um ativo não utilizado nas atividades operacionais ou administrativas. A administração tem a intenção da venda destes terrenos após valorização.

(ii) Fazenda Escola

A Sociedade Educacional Uberabense arrendou para terceiros a área vinculada à Fazenda Escola, em Uberaba. O saldo patrimonial das benfeitorias e do terreno foram transferidos em 2023 do ativo imobilizado para o grupo de propriedades para investimento em face da mudança de perspectiva e de uso deste ativo e está assim composto:

	R\$ (mil)
	Total
Fazenda Escola	
Terreno Fazenda Escola	13.544
Benfeitorias Fazenda Escola	6.123
(-) Deprec Acumulada Benfeitorias	(2.313)
Total Propriedade Fazenda Escola	17.354

13) IMOBILIZADO

O saldo e a movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim demonstrados:

Descrição	31/12/2021					31/12/2022					31/12/2023				
	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
CUSTO															
Terrenos	158.419	1.650	-	-	160.069	160.069	363	-	(13.544)	146.888	160.069	363	-	(13.544)	146.888
Edificações	162.069	-	-	2.730	164.799	164.799	-	(238)	2.019	166.580	164.799	-	(238)	2.019	166.580
Benfeitorias	38.151	-	-	-	38.151	38.151	-	(49)	484	38.586	38.151	-	(49)	484	38.586
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.563	-	(1.130)	590	10.023	10.023	-	-	66	10.089	10.023	-	-	66	10.089
Benfeitorias fazenda escola	8.989	-	-	-	8.989	8.989	-	(1.832)	(7.157)	-	8.989	-	(1.832)	(7.157)	-
Equipamentos e instalações em geral	17.695	2.135	(68)	-	19.762	19.762	2.901	(797)	(18)	21.848	19.762	2.901	(797)	(18)	21.848
Equipamentos e instalações de informática	12.562	412	(66)	-	12.908	12.908	3.057	(724)	(116)	15.125	12.908	3.057	(724)	(116)	15.125
Móveis e utensílios	10.101	133	(10)	-	10.224	10.224	215	(48)	18	10.409	10.224	215	(48)	18	10.409
Acervo bibliográfico	7.300	2	-	-	7.302	7.302	5	-	-	7.307	7.302	5	-	-	7.307
Aparelhos Médicos	13.640	420	(31)	-	14.029	14.029	2.570	(408)	116	16.307	14.029	2.570	(408)	116	16.307
Equipamentos e Instrumentos médicos	1.520	2	(2)	-	1.520	1.520	39	(19)	-	1.540	1.520	39	(19)	-	1.540
Instrumentos cirúrgicos	834	-	-	-	834	834	4	-	-	838	834	4	-	-	838
Outros	3.899	100	-	-	3.999	3.999	(2)	(1.094)	-	2.903	3.999	(2)	(1.094)	-	2.903
Obras em andamento	31.530	3.550	-	(3.320)	31.760	31.760	9.787	-	(1.534)	40.013	31.760	9.787	-	(1.534)	40.013
	477.272	8.404	(1.307)	-	484.369	484.369	18.939	(5.209)	(19.666)	478.433	484.369	18.939	(5.209)	(19.666)	478.433
DEPRECIACÃO ACUMULADA															
Edificações	(37.144)	(3.751)	-	-	(40.895)	(40.895)	(3.843)	92	-	(44.646)	(40.895)	(3.843)	92	-	(44.646)
Benfeitorias	(8.289)	(1.081)	-	-	(9.370)	(9.370)	(1.081)	18	-	(10.433)	(9.370)	(1.081)	18	-	(10.433)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.103)	(489)	599	-	(1.993)	(1.993)	(466)	(8)	-	(2.467)	(1.993)	(466)	(8)	-	(2.467)
Benfeitorias fazenda escola	(1.930)	(274)	-	-	(2.204)	(2.204)	(800)	691	2.313	-	(2.204)	(800)	691	2.313	-
Equipamentos e instalações em geral	(13.395)	(1.039)	41	-	(14.393)	(14.393)	(1.084)	638	-	(14.839)	(14.393)	(1.084)	638	-	(14.839)
Equipamentos e instalações de informática	(10.649)	(815)	38	-	(11.426)	(11.426)	(959)	747	-	(11.638)	(11.426)	(959)	747	-	(11.638)
Móveis e utensílios	(8.421)	(333)	8	-	(8.746)	(8.746)	(315)	38	-	(9.023)	(8.746)	(315)	38	-	(9.023)
Acervo bibliográfico	(6.939)	(99)	-	-	(7.038)	(7.038)	(76)	-	-	(7.114)	(7.038)	(76)	-	-	(7.114)
Aparelhos Médicos	(10.066)	(1.078)	16	-	(11.128)	(11.128)	(1.276)	404	-	(12.000)	(11.128)	(1.276)	404	-	(12.000)
Equipamentos e Instrumentos médicos	(959)	(131)	2	-	(1.088)	(1.088)	(137)	13	-	(1.212)	(1.088)	(137)	13	-	(1.212)
Instrumentos cirúrgicos	(697)	(66)	-	-	(763)	(763)	(26)	-	-	(789)	(763)	(26)	-	-	(789)
Outros	(3.346)	(35)	-	-	(3.381)	(3.381)	-	1.092	-	(2.289)	(3.381)	-	1.092	-	(2.289)
	(103.938)	(9.191)	704	-	(112.425)	(112.425)	(10.063)	3.725	2.313	(116.450)	(112.425)	(10.063)	3.725	2.313	(116.450)
Total do Imobilizado	373.334				371.944	371.944				361.983	371.944				361.983

O saldo de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2023, de R\$40.013 mil, refere-se substancialmente ao montante que está sendo investido pela Sociedade na construção de um novo Campus na cidade de Uberlândia (R\$35.178). Compõe ainda o saldo o investimento ocorrido na construção do Bloco Z, no Campos Aeroporto, no montante de R\$3.136 mil, cujas obras estão paralisadas.

Em 1º de janeiro de 2010, a Sociedade ajustou o saldo do imobilizado para ficar demonstrado com base no conceito do custo atribuído (*deemed cost*) conforme permitido pelo ITG 10. A mensuração do custo atribuído foi realizada por peritos independentes contratados, que apuraram os valores de mercado dos Terrenos e por avaliadores internos que apuram os valores das Edificações e benfeitorias. A diferença da mais valia entre o custo atribuído e o valor residual do imobilizado foi reconhecida em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, que está sendo amortizada considerando a depreciação dos bens avaliados, com base na vida útil econômica estimada.

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade preparou estudo para verificar se existia necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* dos seus principais ativos, como Terrenos, Edificações e Benfeitorias e concluiu não haver necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável dos seus ativos.

14) SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos sociais	8.763	7.808
Contribuições a recolher	6.708	5.684
Provisão de férias e encargos	16.045	14.445
	31.516	27.937

15) OBRIGAÇÕES COM PARCERIAS E CONVÊNIOS

		R\$ (mil)	
		31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Convênio Hospital Regional	(a)	10.120	10.122
Obrigações Convênio UPAs (São benedito e Mirante)	(b)	1.280	-
Parceiros EAD a pagar	(c)	2.454	1.563
Obrigações com convênios	(d)	6.337	2.277
		20.191	13.962

a) Hospital Regional

Com o objetivo de ser feito pela Uniube o Gerenciamento e Execução plena de atividades, ações e serviços de saúde do Hospital Regional José Alencar, registrado CNES 914839, também denominado "Hospital Regional", foram assinados em 18 de agosto de 2017 dois termos de convênio/SUS/Uberaba, nº 231/2017 e 232/2017, celebrados entre o Município de Uberaba, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a Sociedade Educacional Uberabense (SEU) e a Fundação de Ensino e Pesquisa de Uberaba – FUNEPU. Neste convênio foi estabelecido que a SEU e a FUNEPU deverão seguir um plano de trabalho para o gerenciamento

daquele Hospital, com repasses mensais da Prefeitura para a Uniube estipulados em R\$3.610 mil. Conforme consta em cláusula própria deste convênio, mensalmente a SEU deverá prestar contas dos recursos recebidos contendo os seguintes documentos:

- 1 – Ofício de encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde;
- 2 – Relatório mensal da execução físico-financeiro;
- 3 – Demonstrativo da execução da receita e despesa;
- 4 – Extrato da conta bancária específica do período do recebimento;
- 5 – Relação de pagamentos efetuados;
- 6 – Balancete de verificação;
- 7 – Relação de bens permanentes adquiridos; e
- 8 – Relatório analítico da folha de pagamento.

Durante o exercício de 2023 a Sociedade registrou R\$45.871 mil (R\$35.108 mil em 2022) como receitas de convênio do Hospital Regional e igual valor como despesa que é parte substancial da rubrica de Custos com serviços prestados com convênios apresentados na Demonstração do resultado do exercício.

Os custos de gerenciamento do Hospital são limitados aos valores de repasses feitos pela Prefeitura de Uberaba à Uniube.

Do saldo das Obrigações com convênios relativos ao Hospital Regional, R\$1 milhão (R\$1 milhão em 2022) está sendo reservado para fazer face aos custos com reforma e manutenção das instalações ao final do Convênio.

Para fazer face aos custos com desligamento dos colaboradores ao fim do convênio, foram feitas provisões que totalizaram R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$2,5 milhões em 2022).

b) UPAs São Benedito e Mirante

Em 2023 foi celebrado termo de convênio nº 385/2023 entre a Prefeitura Municipal de Uberaba e Sociedade Educacional Uberabense visando a operacionalização da gestão e execução de ações e serviços de saúde das UPAs 24Hs, UPA 24H Rafa Scaff Cecílio – “UPA São benedito” para o atendimento adulto e UPA 24H Dr. Humberto Ferreira – “UPA Mirante”, iniciado em 17/12/2023. O prazo deste convênio é de 60 (sessenta) meses. A finalidade das UPAs é atender exclusivamente usuários do SUS de forma gratuita, universal e igualitária.

A Gestão das UPAs será realizada pela Sociedade e contará com o apoio de um conselho gestor, órgão máximo nas deliberações da gestão. Durante o exercício de 2023 a Sociedade registrou R\$573 mil como receitas de convênio do Gestão das UPAs e igual valor como despesa.

c) Parceiros EAD a pagar

O saldo de R\$2.454 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.563 mil em 31 de dezembro de 2022) refere-se à obrigação com parceiros de polos do EAD estimada pela Sociedade com base nos percentuais de participação apurada sobre as mensalidades dos alunos. Esta obrigação será liquidada somente após o recebimento de tais mensalidades.

d) Obrigações com convênios

Referem-se aos saldos dos recursos recebidos e ainda não aplicados em convênios firmados pela Sociedade com terceiros, tais como: FAPEMIG, Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais, Ministério Público, União, entre outros. Estão demonstrados pelo valor histórico dos recursos recebidos, acrescidos de rendimento de aplicações financeiras e deduzidos pelos desembolsos já realizados até a data do balanço.

16) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

		R\$ (mil)	
		31/12/2023	31/12/2022
Tributos parcelados	(a)	4.068	6.009
Recebimento antecipado		5.169	4.962
Imobilizado (Subvenção governamental)		943	951
Acordos a pagar		-	900
Outras obrigações	(b)	6.522	2.375
		16.702	15.197
Segregado em:			
Circulante		14.262	10.563
Não Circulante		2.440	4.634
		16.702	15.197

a) Tributos parcelados

A Administração optou por aderir ao parcelamento de alguns tributos devidos durante o ano de 2020, em decorrência da situação de Pandemia da COVID-19 e de uma eventual escassez de caixa. O prazo destes parcelamentos é de 60 (sessenta) meses.

Os acréscimos legais aplicados sobre o parcelamento foram: i) 20% de multa sobre o valor do principal, ou seja, os tributos devidos e não pagos; e ii) aplicação da taxa Selic (variável – 0,21% em junho/2020). A taxa de juros mensal nesse parcelamento projetada é de 0,54% a.m. Estes parcelamentos estão regulamentados pela Lei nº 10.522/2002 e pela Instrução Normativa RFB nº 1891 de 14 de maio de 2019.

b) Outras obrigações

O incremento deste passivo foi motivado, substancialmente, pelo recebimento em dezembro de valores da diferença do piso salarial da enfermagem a serem repassados à classe, que totalizou R\$2,5 milhões.

A composição do saldo está demonstrada abaixo:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamento		
Parcelamento de IRRF e CSRF	1.803	2.807
Parcelamento INSS (nº 637634942)	792	1.107
Parcelamento INSS (nº 637439953)	1.473	2.095
	4.068	6.009
	R\$ (mil)	
Segregado em:	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
.Parcelamentos tributários	2.570	2.327
Total passivo circulante	2.570	2.327
Passivo não Circulante		
.Parcelamentos tributários		
2024	2.570	2.327
2025	1.498	1.355
Total passivo não circulante	4.068	3.682
	6.638	6.009

17) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Provisão para contingências

Uma provisão é contabilizada quando a Sociedade possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado e seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos, suportada pelo julgamento dos seus assessores jurídicos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias.

A composição das provisões por natureza é assim apresentada:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Ações judiciais cíveis	1.797	1.482
Ações judiciais trabalhistas	1.553	1.666
	3.350	3.148

Para fazer frente a estas causas, a Uniube possuía em 31/12/2023 R\$405 mil em depósitos judiciais (R\$742 mil em 31 de dezembro de 2022) vinculados substancialmente a processos trabalhistas.

A movimentação do saldo de provisões de ações judiciais cíveis e trabalhistas nos anos de 2023 e 2022 pode ser assim demonstrada:

	<u>R\$ (mil)</u>
Saldo em 31/12/2021	5.122
Pagamentos efetuados	(1.305)
Constituição de provisão	1.248
Reversão de provisão	(1.917)
Saldo em 31/12/2022	3.148
Pagamentos efetuados	(717)
Constituição de provisão	1.688
Reversão de provisão	(769)
Saldo em 31/12/2023	3.350

b) Passivo contingente – Ações judiciais não contabilizadas

Passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade é ré em processos judiciais para os quais os assessores jurídicos julgaram que a probabilidade de perda é possível, sendo R\$229 mil em processos cíveis (R\$184 mil em 31 de dezembro de 2022) e R\$8.131 mil em processos trabalhistas (R\$7.698 mil em 31 de dezembro de 2022), conforme valores de causa.

Passivo contingente relacionado ao pagamento de férias dos professores em atraso

Há uma ação movida pelo Sindicato dos professores (SINPRO-MG) pleiteando o pagamento de férias em dobro, sob a alegação do pagamento desta obrigação aos colaboradores de forma extemporânea em dezembro de 2015. A ação está em fase de execução, sendo que há sentença desfavorável a SEU determinando o pagamento das férias. Em contrapartida, a Sociedade moveu Ação Rescisória requerendo a suspensão deste pagamento. No decurso do processo expedida liminar determinando a suspensão da execução da ação movida pelo Sindicato. A Ação Rescisória ainda não foi julgada e a SEU entende não ser ter elementos suficientes que indiquem necessidade de provisão para esta possível contingência, até que exista o trânsito em julgado da Ação Rescisória em trâmite perante a 2ª Seção Especializada em Dissídios do Colendo Tribunal Regional da Terceira Região.

c) Ativo contingente

Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade. Nesse contexto, a Sociedade mantém discussão judicial referente ao PIS sobre a folha de pagamento recolhido entre outubro de 2002 a fevereiro de 2013, sobre o qual a Sociedade espera ter constituído crédito tributário para futura compensação com outros tributos ou restituição de valores, sendo que o montante deste ativo estimado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$16.160 mil. A contabilização deste direito somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado do processo judicial. A Administração entende que existe boa probabilidade de obtenção de êxito nesta ação.

18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Dotação inicial: Valor aportado quando da criação da Sociedade.
- b) Fundos patrimoniais: A Sociedade é uma Entidade sem fins lucrativos. Os fundos patrimoniais da Sociedade de R\$321.811 mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$272.310 mil em 2022) são formados pelos bens de que é proprietária. Em caso de dissolução da Sociedade, que só se verificará quando não puder preencher suas finalidades, ou por unanimidade de votos da Assembleia Geral, os bens e direitos que constituem o seu acervo serão destinados à criação de uma Fundação de idêntica finalidade ou serão doados ou transferidos à instituição congênere (Artigo 30 do Estatuto).

O superávit ou déficit apurado em cada exercício é agregado a subgrupos de Fundos patrimoniais na base de 20% para o Fundo de Desenvolvimento Social e 80% para o Fundo de Inversões Específicas. É vedado à Sociedade distribuir o superávit apurado em cada exercício, devendo ele ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos sociais.

- c) Ajuste de avaliação patrimonial: O saldo de Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$223.908 mil (R\$229.812 mil em 31 dezembro de 2022) é resultante, substancialmente, da avaliação do imobilizado feita em 2010 em face da adoção do custo atribuído. O saldo está sendo amortizado em face da depreciação dos bens.

19) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta de serviços educacionais		
<i>Cursos de graduação</i>	257.984	227.659
<i>Cursos EAD</i>	193.686	124.002
<i>Cursos de Pós-graduação</i>	13.840	12.144
<i>Cursos de extensão</i>	35	17
<i>Cursos de técnicos</i>	1.096	893
<i>Cursos Semi Presenciais</i>	1.411	-
<i>Receitas serviços veterinários</i>	5.274	4.561
<i>Outras receitas serviços educacionais</i>	5.220	7.286
	478.546	376.562
Deduções da receita de serviços educacionais		
<i>Devoluções/cancelamentos de mensalidades</i>	(22.305)	(9.764)
<i>Bolsas de estudo integrais - PROUNI</i>	(30.755)	(21.379)
<i>Bolsas de estudo parciais - PROEM</i>	(44.273)	(30.049)
<i>Outras bolsas de estudo integrais/parciais</i>	(22.968)	(18.438)
	(120.301)	(79.630)
Receita líquida de serviços educacionais	358.245	296.932
Receita de serviços hospitalares	(a)	
<i>Atendimentos SUS</i>	43.903	32.759
<i>Receitas serviços hospitalares</i>	47.486	36.453
	91.389	69.212
Deduções da receita de serviços hospitalares		
<i>Glosas de atendimentos de convênios</i>	(929)	(582)
<i>Devoluções/cancelamentos de atendimentos</i>	(3.068)	(1.475)
	(3.997)	(2.057)
Receita líquida de serviços hospitalares	87.392	67.155
Receita de convênios		
<i>Receita de convênio com o Hospital Regional</i>	45.871	35.108
<i>Receita de convênio com Unidades de Pronto Atendimento</i>	573	-
	46.444	35.108
Receitas diversas		
<i>Receitas Fazenda Escola</i>	315	5.027
<i>Receitas serviços odontológicos</i>	653	866
<i>Outras receitas</i>	7.360	12.765
	8.328	18.658
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	500.409	417.853

a) Receita de serviços hospitalares: A receita foi incrementada por ter ocorrido atualização das tabelas de preços dos convênios, mas, o aumento principal decorreu de novas Resoluções e Portarias emitidas pelos órgãos de saúde da esfera pública em 2023 que beneficiou a SEU pelos atendimentos prestados ao SUS. Destaca-se as Resoluções 8.405 de 27/10/2023 e 8.895 de 25/07/2023, ambas do Programa Estadual Valora Minas e da Portaria GM/MS 2.802 onde houve um incremento mensal R\$1.492 mil a partir de 12/2023.

b) Receita de convênio com o Hospital Regional: A receita aumentou principalmente em virtude do aumento no volume de atendimentos feitos.

20) CUSTOS COM SERVIÇOS EDUCACIONAIS

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	69.683	67.186
Parceria EAD	14.201	10.773
Contingências cíveis e trabalhistas	296	913
Serviços prestados por docentes	1.680	1.998
Convênios e parcerias	1.150	221
Material	1.981	2.134
Material didático	662	572
Depreciações	995	959
Manutenção	792	438
Serviços Públicos	249	421
Outros custos	6.722	6.165
	98.411	91.780

21) CUSTOS COM SERVIÇOS HOSPITALARES

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	53.267	47.087
Materiais e medicamentos	25.538	23.399
Manutenção	3.126	2.771
Serviços médico-hospitalares	19.663	16.224
Energia Elétrica	2.445	2.125
Depreciações	3.618	3.376
Bolsa residência médica	1.262	552
Outros custos	8.109	8.355
	117.028	103.889

O aumento se deu em virtude dos ajustes do quadro de pessoal e aumento do valor do custo de materiais.

22) CUSTOS COM CONVÊNIOS

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	26.881	17.575
Material	11.891	10.340
Manutenção	2.128	1.740
Serviços compartilhados	2.288	2.055
Energia elétrica	1.271	925
Serviços de terceiros	704	924
Depreciação	21	20
Outras despesas administrativas	1.936	1.712
	47.120	35.291

O aumento se deu em virtude da abertura de uma especialidade de atendimento em 2023 dentro do Hospital Regional que é a pediatria.

23) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	38.809	35.232
Manutenção	5.291	3.748
Depreciações	5.346	4.778
Material	2.366	4.108
Serviços públicos	3.823	3.624
Despesas legais	2.458	1.985
Depreciação arrendamento mercantil	1.868	1.801
Outras despesas administrativas	5.531	1.996
	65.492	57.272

A Administração revisará em 2024 a alocação da depreciação das Despesas administrativas para serem redimensionadas no custo com Educação, demonstrada na Nota explicativa nº 20.

24) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(a) (111.840)	(76.935)
Encargos financeiros de empréstimos	-	(7.731)
Custos financeiros relacionados ao FIES	(530)	(161)
Comissões bancárias	(386)	(381)
Outras despesas financeiras	(1.953)	(1.413)
	(114.709)	(86.621)
Receitas financeiras		
Juros e multas de mensalidades dos cursos	735	615
Rendimento de aplicações financeiras	(b) 14.111	10.993
Outras receitas financeiras	410	321
	15.256	11.929
	(99.453)	(74.692)

- a) Descontos concedidos: O aumento decorreu em virtude do incremento do número de alunos matriculados no exercício de 2023 que se utilizaram desta pontualidade.
- b) Rendimento de aplicações financeiras: O aumento dos rendimentos das aplicações financeiras se deu em virtude da manutenção de um caixa maior durante o exercício de 2023 se comparado ao exercício de 2022.

25) COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de cada ano, a Sociedade mantém cobertura de seguro para os seus bens do imobilizado em valores considerados pela administração como suficientes para cobrir perdas em eventual ocorrência de sinistro.

A cobertura de seguros para os bens do imobilizado em 31 de dezembro era:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
Imóveis e Equipamentos	133.441	107.715
Veículos	1.136	1.083
	134.577	108.798

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para cobrir eventuais perdas por sinistros.

26) ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social está contida no campo da seguridade social nos termos do Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada pela Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993 e alterações posteriores. As atividades de assistência social, em síntese, são relacionadas a cinco itens:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

As normas atualmente em vigor que regulamentam a Assistência Social na UNIUBE são:

- Lei nº 12.453/2011,
- Lei nº 11.096/2005,
- Lei Complementar 187/2021;
- Lei nº 12.249/2010;
- Lei nº 12.868/2013;
- Decreto nº 8.242/2014;
- Decreto nº 5.493/2005;
- Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970/2011; e
- Portaria do Ministério da Saúde nº 834/2016.

A Instituição, para fins de sua assistência social, atua nas áreas de EDUCAÇÃO e SAÚDE, sendo a primeira a atividade predominante.

Conforme o artigo 4º do Decreto 8.242/2014: “Os requerimentos de concessão da certificação e de sua renovação deverão ser protocolados junto aos Ministérios da Saúde, da Educação ou do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, conforme a área de atuação preponderante da entidade, acompanhados dos documentos necessários à sua instrução, nos termos deste Decreto”. Sendo assim, a Instituição, a partir de 2010, por atuar na área da Educação e

Saúde, passou a ter que cumprir os requisitos das duas áreas para comprovar a sua assistência social, ou seja, tendo que cumprir as regras para entidade de educação requeridas pelo MEC (regra geral bolsas), e as regras de saúde requeridas pelo Ministério da Saúde.

Atualmente existem dois requerimentos no MEC relativos à renovação do certificado de filantropia da Sociedade Educacional Uberabense, sendo ambos pendentes de conclusão de análise, conforme listado a seguir:

- Requerimento de renovação do certificado de filantropia para o período de 04/05/2018 a 03/05/2021: Enviado tempestivamente em 02/05/2018, sendo que está em vigor o certificado que teria validade até 03/05/2018, considerando que a Lei Complementar 187/2021 estabelece no §1º do Artigo 37 que permanece válida a certificação anterior até a data de deferimento do requerimento de renovação. Neste requerimento, foi submetida ao MEC a prestação de contas do exercício fiscal anterior, ou seja, de 31 de dezembro de 2017.
- Requerimento de renovação do certificado de filantropia para o período de 04/05/2021 a 03/05/2024: Enviado tempestivamente em 15/04/2021, sendo que está em vigor o certificado que teria validade até 03/05/2018, considerando que a Lei Complementar 187/2021 estabelece no §1º do Artigo 37 que permanece válida a certificação anterior até a data da decisão do requerimento de renovação. Tal como ocorreu no caso anterior, neste requerimento foi submetida ao MEC a prestação de contas do exercício fiscal anterior, ou seja, de 31 de dezembro de 2020.

O próximo requerimento a ser protocolado será o referente ao período de 04/05/2024 a 03/05/2027, cujo prazo de entrega ocorrerá até 03/05/2024, quando será submetida ao MEC a prestação de contas do exercício fiscal a findar em 31 de dezembro de 2023.

A Instituição é uma Associação educacional sem fins econômicos e beneficente de assistência social que demonstra e comprova, cumulativamente:

- Estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento desde a sua fundação;
- Realiza estudo e avaliação socioeconômico dos alunos bolsistas; e
- Seu Estatuto, registrado em Cartório, contém dispositivos determinantes para cumprir seus objetivos, sendo que a entidade oferece Bolsas de Estudos integrais e parciais a alunos e atendimentos gratuitos à comunidade nas áreas de saúde, conforme legislação.

O público-alvo da assistência social, tanto relativo às bolsas de estudos quanto a atendimentos gratuitos à comunidade, é classificado mediante sua comprovação da carência, seguido do correspondente Parecer Social feito por Assistentes Sociais do NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – UNIUBE.

27.1) CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA FILANTROPIA PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO

No exercício de 2022 e 2023, a Sociedade Educacional Uberabense concedeu através da Universidade de Uberaba, bolsas de estudos a alunos/famílias com carência socioeconômica, de acordo com os critérios da legislação em vigor, nas seguintes modalidades:

Bolsas Integrais Ensino Superior:

- **Programa Universidade para Todos – PROUNI** - obedece aos dispositivos da Lei Federal nº 11.096, de 13/01/05, que instituiu o referido Programa, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18/07/05

Bolsas Parciais Ensino Superior:

- **Bolsas Gratuitas - PROEM** – programa de bolsas concedidas pela Instituição a alunos egressos de escolas públicas do segundo grau. Para a concessão são obedecidos os critérios dos programas que as instituíram, combinados com parâmetros legais relativos à Assistência Social, e a respectiva comprovação da carência e parecer social.

A Lei 12.868/13 determina que a comprovação de Assistência Social em Educação, para fins de certificação de filantropia, é realizada conforme os seguintes parâmetros:

“Art.13 – Para fins da concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá:

I – demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE, na forma do art. 214 da Constituição Federal).

II – atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e

III – conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

§ 1º - Para cumprimento da proporção descrita no inciso III do caput, a entidade poderá oferecer bolsas de estudos parciais, observadas as seguintes condições:

I – no mínimo, 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes; e

II – bolsas de estudos parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número exigido, conforme definido em regulamento;

Art.13 A – Para fins da concessão e de renovação da certificação, as entidades que atuam na educação superior e que aderiram ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), na forma do caput do art. 11 da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, deverão atender às condições previstas nos incisos do caput e no §§ 1º, 2º e 7º do art. 13 desta Lei.

§ 1º - As entidades que atuam concomitantemente no nível de educação superior e que tenham aderido ao PROUNI e na educação básica estão obrigadas a cumprir os requisitos exigidos no art. 13, para cada nível de educação, inclusive quanto à complementação eventual da gratuidade por meio da concessão de bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) e de benefícios complementares, conforme previstos nos § 1º e 2º do art. 13.

§ 2º - Somente serão aceitas no âmbito da educação superior bolsas de estudo vinculadas ao PROUNI salvo as bolsas integrais ou parciais 50% (cinquenta por cento) para pós-graduação stricto sensu.

§ 3º - Excepcionalmente, serão aceitas como gratuidades, no âmbito da educação superior, as bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% (cinquenta por cento) oferecidas fora do PROUNI aos alunos enquadrados nos artigos 14 e 15, desde que a entidade tenha cumprido a proporção de uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes do PROUNI e que tenha ofertado bolsas no âmbito do PROUNI que não tenham sido preenchidas”.

Números da Assistência Social em Educação:

Para fins de demonstrar o cumprimento das exigências da LC 147/2021, apresentamos a seguir o demonstrativo denominado CALCULADORA MEC, disponibilizado pelo Ministério da Educação, já configurado para calcular em número de alunos a quantidade de bolsas exigidas pela legislação:

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)		
		Educação Superior (SEM adesão ao PROUNI)
Total de alunos matriculados (a)		28.970
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	3.654
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I	3.654
Outras bolsas integrais (b)		0
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)		0
Alunos inadimplentes (d)		5.527
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c) - (d)	N	23.443
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	5.714
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P	5.714
Numero total de bolsas integrais equivalentes	B	6.511
Outras bolsas parciais		0
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R\$ 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R\$ 468.051.877,46
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	23.443
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr	R\$ 19.965,53
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares		0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)		2.170
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	Bc	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo		
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)		Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9		Atendido

27.2) CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PARA FILANTROPIA PARA A ÁREA DA SAÚDE

O Art. 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, e alterações posteriores promovidas pelas Leis 12.453/2011, 12.868/2013, Portaria nº 834/2016 e Decreto nº 8.242/2014 diz que para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a Entidade de saúde deverá, nos termos do regulamento, fazer jus à certificação no âmbito da saúde, comprovar a prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, que será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia (SUS e não SUS), e no total de atendimentos ambulatoriais, medidos por número de atendimentos/procedimentos (SUS e não SUS).

Adicionalmente, caso a Instituição não alcance o percentual mínimo de 60% para as internações hospitalares, a legislação permite que para o cálculo sejam considerados também até 10% de atendimentos ambulatoriais, 1,5% de atendimentos relacionados a atenção obstétrica e neonatal, 1,5% de atendimentos as pessoas com transtornos diversos, 1,5% de atendimentos á pessoas com deficiências e 1,5% de atendimentos relacionados à hospital de ensino.

São apresentadas a seguir as apurações para fins de demonstração do atendimento da legislação pela Sociedade nos anos de 2023 e 2022:

a) Internações:

Ano de 2023			
Internações	SUS	Não SUS	Total
Internações	5.692	4.061	9.753
Paciente/dia	31.858	18.834	50.692
Percentual de atendimentos	63%	37%	100%

Ano de 2022			
Internações	SUS	Não SUS	Total
Internações	4.512	3.421	7.933
Paciente/dia	26.732	14.745	41.477
Percentual de atendimentos	64%	36%	100%

O termo “paciente/dia”, padronizado pelo Ministério da Saúde, diz respeito à quantidade de diárias geradas em um determinado período. No caso estão sendo demonstradas as quantidades de diárias em 2023 e 2022.

b) Atendimentos/Procedimentos Ambulatoriais:

Ambulatoriais	Ano de 2023	Ano de 2022
SUS	822.941	610.734
Não SUS	162.742	162.662
Total	985.683	773.396
Percentual alcançado SUS	83%	79%

c) Percentual total alcançado pela UNIUBE para o cumprimento da filantropia na área da saúde:

ATENDIMENTOS/PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	SUS	
	2023	2022
Internações	63%	64%
Ambulatorial (a)	10%	10%
Atenção Obstétrica e neonatal	1,50%	1,50%
Atendimentos a pessoas com transtornos diversos	1,50%	1,50%
Atenção à saúde com pessoa com deficiência	1,50%	1,50%
Hospital de ensino	1,50%	1,50%
Urgências e Emergências	1,50%	1,50%
Contrato de Gestão	10,00%	10,00%
TOTAL	90%	92%

(a) - Dos 95% de atendimentos ambulatoriais realizados para pacientes SUS, a legislação em vigor permite que seja considerado o limite de 10%

Nos últimos anos, com base nos gastos incorridos nas atividades de assistência social no campo da saúde e do ensino demonstrados anteriormente, conclui-se que a Instituição oferece mais recursos à população carente do que os valores que deveriam ser recolhidos aos cofres públicos caso recolhesse os tributos se não houvesse o comprometimento da assistência social (Anexo I), cumprindo, assim, a legislação atualmente em vigor.

27.3) MECANISMOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE À POPULAÇÃO

Na sua essência, o modelo de assistência social executado pela Entidade atende às demandas da população em sua área de abrangência, através de um sistema estruturado de modo hierarquizado e organizado nos níveis de complexidade secundário (Hospital Universitário) e primário (Clínicas Integradas) de atenção a saúde, conforme detalhado abaixo:

a) MPHU – Mário Palmério Hospital Universitário

Até fevereiro de 2014, o Hospital Universitário da Entidade funcionava em um imóvel alugado e atendia os pacientes em 45 leitos. Já em março/2014, a Instituição inaugurou o MPHU considerado um hospital geral, voltado ao atendimento à população de Uberaba e região, destinado a dar suporte aos cursos da área da saúde, ministrados pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) e mantida pela Sociedade Educacional Uberabense.

O MPHU tem como finalidade principal possibilitar a formação acadêmica do seu alunado e em contrapartida prestar um serviço de assistência social à comunidade de Uberaba e região.

O MPHU apresenta a seguinte estrutura:

- Total de 225 leitos, sendo 171 leitos de internação, 20 leitos de UTI adulto, 19 leitos de UTI infantil, 6 leitos de UCI (Unidade de Cuidados Intermediários), 9 leitos de Pronto Atendimento;
- O Centro Cirúrgico possui 06 salas de cirurgias de médio e grande porte e 02 salas de cirurgias ambulatoriais;

- O Centro Obstétrico possui 02 salas de parto cirúrgico e 02 salas de parto normal;
- SADT – Serviço de apoio Diagnóstico e Terapêutico – atendendo as áreas de Análises Clínicas, Diagnóstico por Imagem, Métodos Gráficos, Cardiologia entre outros: Tomografia, Raio X, Ultrassonografia, Mamografia, Cardiotocografia, Estudo Urodinâmico, Análises Clínicas, Anatomopatologia e Citopatologia, Ecocardiografia, Eletroencefalograma, Endoscopia, Colonoscopia, Eletrocardiografia, Mapa, Holter; e
- Hemodiálise.

b) Clínicas integradas

O complexo de “Clínicas Integradas” é o conjunto das seguintes clínicas: odontologia, psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia.

As Clínicas Integradas interagem para o diagnóstico da saúde do paciente e a interatividade dos serviços clínicos a serem fornecidos.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade apresenta abaixo o cálculo do EBTIDA (*Earnings Before Taxes, Interest, Depreciation and Amortization* – lucro antes de juros, impostos, taxas, depreciação e amortização) e do EBIT (*Earnings Before Taxes and Interest* – lucro antes de juros, impostos e taxas) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>R\$ (mil)</u> <u>31/12/2022</u>
Superávit do exercício	44.361	105.886
(+) Despesa com depreciação e amortização	10.294	9.434
(+) Descontos concedidos nas mensalidades	111.840	76.935
(+) Demais despesas financeiras líquidas de receitas financeiras	(12.387)	(2.086)
EBITDA	154.108	190.169
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Superávit do exercício	44.361	105.886
(+) Descontos concedidos nas mensalidades	111.840	76.935
(+) Demais despesas financeiras líquidas de receitas financeiras	(12.387)	(2.086)
EBIT	143.814	180.735

ANEXOS (Outras informações)

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM

	31/12/2023	R\$ (mil) 31/12/2022
1) BASE DE CÁLCULO		
. Receita Bruta de Venda de Serviços (RB)	624.707	499.540
. Receita Líquida (RL)	500.409	417.853
. Resultado do exercício (RE)	44.361	105.886
. Folha de Pagamento Bruta (FPB)	178.628	153.976

	2023			2022		
	R\$ (mil)	% sobre		R\$ (mil)	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
2) INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
Alimentação	1.485	0,8	0,3	249	0,2	0,1
Encargos sociais compulsórios	13.468	7,5	2,7	12.119	7,9	2,9
Saúde, segurança e medicina do trabalho	2.637	1,5	0,5	2.164	1,4	0,5
Educação	1.849	1,0	0,4	1.943	1,3	0,5
Capacitação e desenvolvimento profissional	238	0,1	0,1	169	0,1	0,0
Transporte e outros	498	0,3	0,1	417	0,3	0,1
Total - Indicadores Sociais Internos	20.175	11,3	4,0	17.061	11,1	4,1

3) INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO

	2023			2022		
	R\$ (mil)	% sobre		R\$ (mil)	% sobre	
		RE	RB		RE	RB
ASSISTÊNCIA SOCIAL:						
. ASSISTÊNCIA SOCIAL EM EDUCAÇÃO:						
Bolsas de Estudos Concedidas - Gratuitades	75.028	169,1	12,0	51.428	48,6	10,3
Total de bolsas	75.028	169	12,0	51.428	49	10,3
Atendimento em outros projetos	2.122	4,8	0,3	2.141	2,0	0,4
SUBTOTAL	77.150	174	12,4	53.569	51	10,7

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS RELACIONADOS À SAÚDE / EDUCAÇÃO

	Qtde	
	31/12/2023	31/12/2022
Internações		
Quantidade paciente/dia SUS	31.858	26.732
Quantidade paciente/dia não SUS	18.834	14.745
Total paciente/dia	50.692	41.477

	Qtde	
	31/12/2023	31/12/2022
Atendimentos ambulatoriais		
Quantidade paciente/dia SUS	822.941	610.734
Quantidade paciente/dia não SUS	162.742	162.662
Total paciente/dia	985.683	773.396

	Qtde	
	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS - ENSINO SUPERIOR		
. Para funcionários	129	160
. Gratuitades geral	26.455	20.348
	26.584	20.508

Continua...)

INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	Qtde	
	31/12/2023	31/12/2022
Nº de empregados acima de 45 anos	1.219	1.108
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.610	2.266
Nº de admissões durante o período	1.462	1.012
Nº de empregados ao final do período	3.709	3.326
<i>% de cargos de chefia ocupados por mulheres</i>	60,37%	52,67%

	Qtde	
	31/12/2023	31/12/2022
. ESCOLARIDADE DO CORPO FUNCIONAL		
Doutorado	137	134
Mestrado	241	249
Especialista	332	328
Graduado	784	703
Ensino médio	1.776	1.497
Ensino fundamental	437	412
Sem escolarização	2	3
Total de Funcionários	3.709	3.326

ANEXO II – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA FINS DE ATENDIMENTO AO MEC

A demonstração do resultado a seguir foi preparada para atender ao modelo de apresentação requerido pelo MEC, para fins de suas análises:

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA BRUTA		
<i>Receita de Serviços Educacionais</i>		
Cursos de Graduação	259.394	227.659
Cursos EAD	193.686	124.002
Cursos de Pós-Graduação	13.840	12.144
Cursos de Extensão	35	17
Cursos Técnicos	1.096	893
Receitas Fazenda Escola	315	5.027
Serviços Veterinários	5.274	4.561
Clínica Odontológica	653	866
Outras Receitas Educacionais	9.863	19.120
	484.156	394.289
<i>Receita de Serviços Hospitalares</i>		
Atendimento SUS	38.006	31.136
Receita de Serviços Hospitalares	47.486	36.453
Receita de Convênio com o Hospital Regional	45.871	35.108
Receita de Convênio com UPAs São Benedito e Miranteo Hospital Regional	573	-
	131.936	102.697
RECEITA TOTAL	616.092	496.986
DEDUÇÕES DA RECEITA		
<i>Deduções da Receita de Serviços Educacionais</i>		
Devoluções / Cancelamento de Mensalidades	(22.305)	(9.764)
Descontos Concedidos nas Mensalidades	(111.824)	(76.778)
Bolsas de Estudos Integrais	(30.755)	(21.959)
Bolsas de Estudos Parciais	(44.273)	(30.049)
Outras Bolsas de Estudos Integrais/Parciais	(22.968)	(17.858)
	(232.125)	(156.408)
<i>Deduções da Receita de Serviços Hospitalares</i>		
Glosas de Atendimento de Convênios	(929)	(582)
Devoluções / Cancelamentos de Atendimentos	(306)	(265)
	(1.235)	(847)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	382.732	339.731
<i>Custos dos Serviços Prestados</i>		
Com Educação	(98.411)	(91.780)
Com Saúde	(117.028)	(103.889)
Com Convênios	(47.120)	(35.291)
Outros Projetos	(2.122)	(2.141)
	(264.681)	(233.101)
SUPERÁVIT BRUTO	118.051	106.630
<i>Despesas Operacionais</i>		
Despesas Com Publicidade e Divulgação	(19.445)	(12.439)
Despesas Administrativas	(65.492)	(57.272)
Provisão Para perdas de Valores a Receber da área da Educação	(9.048)	(6.407)
Provisão Para perdas de Valores a Receber da área da Educação	(3.781)	(1.451)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	6.663	753
	(91.103)	(76.816)
SUPERÁVIT OPERACIONAL	26.948	29.814
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	1.140
Resultado na Baixa de Investimentos	5.042	73.004
	5.042	74.144
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	31.990	103.958
Despesas Financeiras	(2.885)	(9.843)
Receitas Financeiras	15.256	11.771
	12.371	1.928
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	44.361	105.886

(Continua...)

	R\$ (mil)	
	31/12/2023	31/12/2022
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	44.361	105.886
IMPOSTO RENDA / CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
INSS (Cota patronal e terceiros)	(35.725)	(31.979)
Imposto de Renda (15%)	(6.654)	(15.883)
Imposto de Renda - adicional (10% acima de R\$ 240 mil)	(4.412)	(10.565)
Contribuição Social sobre o lucro líquido (9%)	(3.992)	(9.530)
COFINS (3%)	(11.482)	(10.192)
	(62.265)	(78.149)
IMUNIDADE / ISENÇÕES - IMPOSTO RENDA / CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		
INSS (Cota patronal e terceiros)	35.725	31.979
Imposto de Renda (15%)	6.654	15.883
Imposto de Renda - adicional (10% acima de R\$ 240 mil)	4.412	10.565
Contribuição Social sobre o lucro líquido	3.992	9.530
COFINS	11.482	10.192
	62.265	78.149
RESULTADO NA APURAÇÃO IMPOSTOS/CONTRIBUIÇÕES	-	-

ANEXO III – ANÁLISE DOS NÚMEROS

O objetivo da Análise Horizontal é demonstrar o comportamento dos itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado através do tempo.

A Análise Vertical Indica a estrutura das demonstrações contábeis através de coeficiente de participação no grupo. No Balanço Patrimonial os coeficientes são calculados em função do total do Ativo e total do Passivo + PL. Na Demonstração do Resultado, usa-se a Receita Líquida como base (100%).

	R\$ (mil)		R\$ (mil)		
	31/12/2023	Análise vertical	31/12/2022	Análise vertical	Análise Horizontal
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	153.727	24,11%	117.024	20,13%	31,36%
Contas a receber área de ensino	26.462	4,15%	21.888	3,77%	20,90%
Contas a receber área da saúde	24.290	3,81%	17.439	3,00%	39,29%
Estoques	6.719	1,05%	14.728	2,53%	-54,38%
Outros ativos circulantes	11.964	1,88%	6.254	1,08%	91,30%
	223.162	35,00%	177.333	30,50%	25,84%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber área de ensino	11.117	1,74%	7.356	1,27%	51,13%
Contas a receber área da saúde	6.534	1,02%	5.600	0,96%	16,68%
Depósitos judiciais	405	0,06%	742	0,13%	-45,42%
Outros ativos não circulantes	1.420	0,22%	784	0,13%	81,12%
	19.476	3,05%	14.482	2,49%	34,48%
Direito de uso arrendamento mercantil	7.447	1,17%	9.224	1,59%	-19,26%
Investimentos	23.938	3,75%	6.584	1,13%	263,58%
Imobilizado	361.983	56,77%	371.944	63,98%	-2,68%
Intangível	1.662	0,26%	1.763	0,30%	-5,73%
	395.030	61,95%	389.515	67,00%	1,42%
TOTAL DO ATIVO	637.668	100,00%	581.330	100,00%	9,69%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	9.551	1,64%	6.739	1,16%	41,73%
Salários, provisões e encargos	31.516	5,42%	27.937	4,81%	12,81%
Obrigações com parcerias e convênios	20.191	3,47%	13.962	2,40%	44,61%
Arrendamentos a pagar	1.765	0,30%	1.704	0,29%	3,58%
Outros passivos circulantes	14.262	2,45%	10.563	1,82%	35,02%
	77.285	13,29%	60.905	10,48%	26,89%
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para contingências	3.350	0,58%	3.148	0,54%	6,42%
Arrendamentos a pagar	8.857	1,52%	10.504	1,81%	-15,68%
Outros passivos não circulantes	2.440	0,42%	4.634	0,80%	-47,35%
	14.647	2,52%	18.286	3,15%	-19,90%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Dotação inicial	17	0,00%	17	0,00%	0,00%
Fundos patrimoniais	321.810	55,36%	272.310	46,84%	18,18%
Ajuste de avaliação patrimonial	223.909	38,52%	229.812	39,53%	-2,57%
	545.736	85,58%	502.139	86,38%	8,68%
TOTAL DO PASSIVO	637.668	100,00%	581.330	100,00%	9,69%

	R\$ (mil)		R\$ (mil)	
	31/12/2023	Análise vertical	31/12/2022	Análise vertical
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
Receita líquida de serviços educacionais	358.245		296.932	
Receita líquida de serviços hospitalares	87.392		67.155	
Receita líquida de convênios	46.444		35.108	
Receita líquida de outras atividades	8.328		18.658	
	500.409		417.853	
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS				
Com serviços educacionais	(98.411)	-19,67%	(91.780)	-21,96%
Com serviços hospitalares	(117.028)	-23,39%	(103.889)	-24,86%
Com Convênios	(47.120)	-9,42%	(35.291)	-8,45%
Com outras atividades	(2.122)	-0,42%	(2.141)	-0,51%
	(264.681)	-52,89%	(233.101)	-55,79%
SUPERÁVIT BRUTO	235.728	56,41%	184.752	44,21%
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com publicidade e divulgação	(19.445)	-3,89%	(12.439)	-2,98%
Despesas administrativas	(65.492)	-13,09%	(57.272)	-13,71%
Provisão para perdas de valores a receber da área de ensino	(9.048)	-1,81%	(6.331)	-1,52%
Provisão para perdas de valores a receber da área da saúde	(3.781)	-0,76%	(1.451)	-0,35%
Outras despesas operacionais líquidas	810	0,16%	(667)	-0,16%
	(96.956)	-19,38%	(78.160)	-18,71%
SUPERÁVIT OPERACIONAL	138.772	27,73%	106.592	25,51%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,00%	982	0,24%
Resultado Venda Investimento	5.042	1,01%	73.004	17,47%
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	143.814	28,74%	180.578	43,22%
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(114.709)	-22,92%	(86.621)	-20,73%
Receitas financeiras	15.256	3,05%	11.929	2,85%
	(99.453)	-19,87%	(74.692)	-17,88%
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	44.361	8,86%	105.886	25,34%

ANEXO IV – ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Os índices de liquidez sinalizam a saúde financeira do negócio e a sua capacidade de quitar suas obrigações com terceiros.

Liquidez Corrente

Este índice apresenta a capacidade da empresa pagar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo (ativo circulante). É considerado o melhor indicador da situação de liquidez da empresa.

A SEU apresenta o seguinte índice de liquidez corrente:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{223.162}{77.285} = 2,89 \quad \frac{177.333}{60.905} = 2,91$$

É desejável que a Liquidez Corrente seja maior que 1,00. Maior que 1,00 significa que a entidade tem recursos para liquidar seus passivos. Em 2022 a SEU possuía R\$2,91 para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo. Em 2023 passou para R\$2,89 para cada R\$1,00 de dívida a curto prazo.

Liquidez Geral

Este índice apresenta a capacidade da empresa pagar suas dívidas de curto e longo prazo, usando recursos do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo.

A SEU apresenta o seguinte índice de Liquidez Geral:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{ARLP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Não Circulante}} = \frac{242.638}{91.932} = 2,64 \quad \frac{191.815}{79.191} = 2,42$$

Em 2022 a SEU possuía R\$2,42 para cada R\$1,00 de dívida de curto e longo prazo. Em 2023 passou para R\$2,64 para cada R\$1,00 de dívida de curto e longo prazo.

Solvência Geral

Indica a capacidade da empresa pagar suas dívidas de curto e longo prazo, usando todos os seus recursos, inclusive Investimentos Permanentes, Imobilizado e Intangível. Um índice inferior a 1 indica a existência de Passivo a Descoberto, que é a situação em que o Passivo Exigível é maior que os Ativos. Ou seja, a empresa deve um valor maior que o total dos seus ativos.

O SEU apresenta o seguinte índice de Liquidez Geral:

$$\text{Solvência geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível}} = \frac{637.668}{91.932} = 6,94 \quad \frac{581.330}{79.191} = 7,34$$

2023 **2022**

Em 2022 a SEU possuía R\$7,34 para cada R\$1,00 de dívida de curto e longo prazo. Em 2023 passou para R\$6,94 para cada R\$1,00 de dívida de curto e longo prazo.

PRESIDÊNCIA:

Marcelo Palmério

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Anderson Padilha
Contador CRCMG 77.117

CONSELHO FISCAL:

Gilberto Andrade Resende

Adenilson Antônio Furtado

Manoel Rodrigues Neto